



# Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

Ano XIII • Nº 19  
Novembro de 2004

CORREIOS  
IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO  
Nº 6652001 DR/BSB  
SINDJUS-DF

## 4º Congresso do Sindjus

Brasília - DF 2, 3 e 4 de dezembro de 2004

**O que o  
Sindjus  
pode fazer  
por você?**

**O que  
você pode  
fazer pelo  
Brasil?**

Páginas 5 a 7

**A luta dos  
servidores pela  
casa própria**

Páginas 8 e 9

**O sucesso do  
I Concurso  
Literário**

Páginas 19 a 21

**"Todo negro é vítima de racismo no Brasil"**

Entrevista com o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do TST - Páginas 10 a 13

# Reestruturação do PCS



## O Sindjus é a sua voz

O Sindjus promoverá em novembro dois seminários, um com o diretor geral do Supremo Tribunal Federal, outro com o secretário geral do MPF (em data a ser confirmada), para discutir a proposta de reestruturação de nossos Planos de Carreira.

As propostas das comissões do Judiciário e do MPU têm méritos, mas deixaram de contemplar vários pontos de nosso interesse, entre eles a manutenção do cargo de auxiliar, a gratificação para os agentes de segurança, a manutenção da tabela de 15 padrões e a extensão aos aposentados do adicional de qualificação.

Os seminários serão uma grande oportunidade política para convenceremos as administrações do Judiciário e do MPU da justiça de nossas reivindicações, antes do envio dos anteprojetos de reestruturação dos Planos de Carreira ao Congresso Nacional.

Compareça aos seminários e dê a sua contribuição!

**Dia 19 de novembro, às 14h,**  
no Hotel Nacional, com a presença  
do diretor geral do STF,  
Miguel Fonseca



**SINDJUS-DF**

SDS Ed. Venâncio V Bl. R  
Salas 108 a 114  
CEP 70393-900 – Brasília – DF  
PABX (61) 224 9392  
www.sindjusdf.org.br

#### Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)  
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)  
Wilson Batista de Araújo (TRE)

#### Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)  
Clede de Oliveira Vieira (TRT)  
Edilson Franklin Medeiros (TST)

#### Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)  
Jailton Mangueira Assis (TJDFT)  
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

#### Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)  
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)  
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

#### Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)  
Valdir Nunes Ferreira (MPF)  
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

#### Redator e editor responsável

Antônio Carlos Queiroz  
Reg. Prof. DF 00645 JP

#### Colaboradora

Cynthia de Lacerda Borges

#### Projeto Gráfico

Extrema Comunicação - 3033-5255

#### Impressão

ArtGraf

#### Tiragem

10.000 exemplares

# Sindicato Forte, categoria forte

O 4º Congresso do Sindjus a ser realizado no início de dezembro, será uma grande oportunidade para discutirmos o nosso papel e o meios para fortalecer o Sindjus como instrumento das lutas dos trabalhadores do Judiciário e do MPU no Distrito Federal.

O tema do Congresso reflete exatamente essa preocupação: “O que o Sindjus pode fazer por você? O que você pode fazer pelo Brasil?”

Numa conjuntura em que persiste a campanha de descrédito das organizações dos trabalhadores, um eco da onda neoliberal que assolou o mundo nas últimas duas décadas, o Sindjus tem a coragem de reafirmar a importância do sindicalismo avançado, autônomo. E de reiterar que a nossa categoria não luta por mero interesse salarial, mas por um serviço público de qualidade, que atenda às necessidades da população, principalmente, de seus setores mais empobrecidos.

A pauta do 4º Congresso, como você pode conferir nas páginas 5, 6 e 7, contempla uma amplíssima gama das preocupações de nossa categoria. Os delegados que representarão todos os tribunais e órgãos do MPU receberão valiosos subsídios para definir, de maneira informada e consciente, as ações, projetos e iniciativas que o Sindjus desenvolverá no próximo triênio.

Mesmo não sendo delegado, você tem a responsabilidade de pensar nos rumos de nossa organização sindical, e pode contribuir, de maneira ativa, na definição de nossas lutas.

Procure os delegados de seu local de trabalho, apresente a eles as sugestões que você mesmo apresentaria no 4º Congresso, se fosse um dos delegados. Lembre-se de que o sindicato não é composto apenas de seus diretores e dos delegados sindicais. Sua força depende do esforço de cada um de seus filiados.

Antes de responder à pergunta “O que o Sindjus pode fazer por você”, talvez seja o caso de você pensar no que você pode fazer pelo Sindjus, para que, mais fortalecido e legitimado, ele possa lutar de maneira ainda mais vigorosa em favor de seus interesses. Dos interesses de nossa categoria, que já demonstrou que tem muitas contribuições a dar ao País, lutando pela democratização do Judiciário e do Ministério Público. ■



**José Geraldo de Souza Junior**

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

# Políticas de cotas e justiça social

**C**om o mesmo título que utilizo neste artigo e com o subtítulo "Pressupostos Jurídicos para a Inclusão na Universidade", a Universidade de Brasília realizou em outubro um seminário cujo principal objetivo foi estabelecer interlocução com a magistratura, uma vez que é o Judiciário a instância em última análise em que as políticas públicas se definem.

Aliás, algo semelhante disse, com razão, Norberto Bobbio num

dos artigos de seu livro "A Era dos Direitos". Para ele, a questão dos direitos humanos já não se coloca como problema de fundamentação porque já há justificação suficiente acumulada. A questão, pois, não é mais filosófica mas política, mais propriamente, jurídica. Cuida-se de realizá-los, de protegê-los.

No seminário, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, trouxe o tema para a perspectiva jurisdicional, desvelando no cotidiano brasileiro a prática do racismo oculto, no excluir sutil do "separar sem segregar" e do "constranger sem proibir". O ministro marcou posicionamento considerando políticas de cotas eficientes, funcionais e necessárias, "enquanto se mostrarem eficientes, funcionais e necessárias".

Esta também foi a posição do procurador geral da República, Cláudio Fonteles, associando a alternativa técnico-jurídica das ações afirmativas ao princípio da solidariedade, designado na Constituição Federal.

Em conferência sobre a constitucionalização das ações afirmativas, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Superior do Trabalho, membro da delegação brasileira a Durban (2001), demonstrou como a rejeição a toda forma de racismo,

xenofobia e intolerâncias correlatas ganhou força normativa incorporando-se ao sistema positivo de direito brasileiro (CF, art. 5º, parágrafo 2º), dando respaldo às políticas de cotas. A expressão de negritude traduzida nas idéias do ministro Carlos Alberto chamou a atenção editorial do *Jornal Sindjus* e é matéria desta edição.

O ministro revela, como se viu no seminário, que as objeções já não se fazem ao princípio, mas aos mecanismos e aos grupos designados. Mais fortemente, em relação à política de cotas para negros nas universidades, com base em três argumentos principais: violação do princípio da igualdade, violação do princípio da certeza científica e violação do princípio de mérito.

Ora, a igualdade há de ser material e não formal e a experiência consolidada no direito constitucional comparado é no sentido de que ações afirmativas *não podem ser consideradas como contrárias ao princípio da igualdade, ainda que impliquem um tratamento mais favorável, se têm por objetivo remediar situações desvantajosas ou de inferioridade, nas quais se encontrem certos grupos sociais determinados*. No Brasil, quando se examinam

dados e informações, transparece o grau de exclusão social existente no país. À luz desses dados, revela-se, também, que *a raça já é em si um obstáculo e, por isso, mais se fazem necessárias ações afirmativas para a superação desse obstáculo* (Cotas contra a desigualdade racial, *Jornal do Sindjus-DF, ano XIII, nº 5, julho de 2003, pág. 4*).

Em relação à certeza científica, é preciso considerar que raça não se determina por critérios biológicos e sim por condições sociais. Daí a opção adotada pela UnB do fenótipo como critério, com base na identidade e autodeclaração, prudentemente aferidas. Conforme pontuou o ministro Jobim, aludindo a decisões do Supremo Tribunal Federal, há, efetivamente, fundo político na determinação racial.

Por fim, mérito também não se mede de modo abstrato e não se define por meio de representação matemática que se aliene das condições de desempenho dos que se submetem a juízos de aferição, senão pelo modo de determinar equivalências que avaliem as capacidades recíprocas, ao nível individual, histórico e social, não só no ponto de chegada, como no ponto de partida. ■

Em relação à certeza científica, é preciso considerar que raça não se determina por critérios biológicos e sim por condições sociais. Daí a opção adotada pela UnB do fenótipo como critério, com base na identidade e autodeclaração, prudentemente aferidas.

# Congresso discute interesses dos servidores do Judiciário e do MPU

**Nádia Faggiani**

**A** perda de garantias, estabilidade, o desconto previdenciário e as condições de trabalho associadas a doenças ocupacionais são algumas das questões de interesse dos servidores do Judiciário e do MPU que a categoria está analisando para criar propostas a serem apresentadas no 4º Congresso do Sindjus, marcado para os dias 2, 3 e 4 de dezembro, no Parlamundi (LBV), em Brasília.

A expectativa dos servidores é ver estas e outras questões melhor esclarecidas dentro dos temas que serão apresentados por palestrantes durante o encontro. “A reforma do Judiciário com certeza é um calo em nosso pé e precisamos estar muito bem preparados em termos de conhecimento sobre o assunto para ver o que se pode fazer. Precisamos pensar qual a perspectiva de inclusão de certos temas na reforma”, acredita o servidor público do Tribunal Regional do Trabalho, Waltemir Oliveira Lopes, que participou de congressos anteriores e considera a ocasião sempre um enriquecimento pessoal e profissional.

Ele é um dos delegados escolhidos nas assembléias setoriais realizadas nos meses de outubro e novembro para representar os servidores no Congresso, que tem como tema duas questões: “O que o Sindjus pode fazer por você? O que você pode fazer pelo Brasil?”. Na avaliação

do servidor Waltemir Lopes, as entidades representativas dos trabalhadores desempenham um papel importante dentro da sociedade.

Os delegados foram escolhidos na proporção de um para cada grupo de 50 filiados, em cada local de trabalho. A expectativa do coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, é que este ano o Congresso reúna entre 130 a 150 delegados. A idéia é fazer deste o Congresso mais representativo da história do Sindjus, tanto pelo número de delegados como pela qualidade dos palestrantes.

Estão confirmados os nomes do cientista político e economista José Luiz Fiori; do jurista e vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo; da procuradora do Ministério Público Federal de São Paulo, Zélia Luiza Pierdoná; do deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP); e do especialista em Ciência da Informação e Engenharia de Produção Marcos Dantas.

Para a ex-diretora do Sindjus, Sandra Suely, que há 11 anos faz parte da categoria, o tema deste ano é uma oportunidade para que os servidores passem a ter uma visão do coletivo e a pensar em benefício da sociedade. Segundo ela, uma das coisas que podem ser realizadas para ajudar o País é a criação de um Judiciário mais ágil e de uma Justiça mais eficaz.

“Minha expectativa em relação ao Congresso é tirar pontos positivos para o trabalho do sindicato nos próximos três anos e

conscientizar a categoria da importância social de nosso trabalho. Levar aos servidores a visão de sair de seu umbigo e pensar em benefício de toda a sociedade porque quando chamamos um associado para discutir a Justiça do trabalho, eles não vão. Mas se dizemos que ele pode perder o emprego, aí eles se interessam”, relata Sandra.

**Inovação** – A pauta do Congresso não incluirá propostas de alteração estatutária que, normalmente, geram disputas. A intenção é fazer do encontro um espaço para a troca de idéias. Para a servidora Sandra Suely, isso motivará mais pessoas a se interessarem pelo evento. Segundo ela, a reforma da Previdência, embora já aprovada, precisa ser discutida pela sociedade para reverter questões como o desconto na seguridade social.

Outros assuntos que a servidora pretende ver discutidos dizem respeito ao Judiciário, dentre eles, o acesso dos juízes aos tribunais superiores, a profissionalização, a infra-estrutura do Judiciário nos Estados e a qualidade de vida e relações de trabalho dentro dos órgãos.

O 4º Congresso também traz algumas mudanças para garantir o máximo de participação. A principal inovação adotada pelo Sindjus é oferecer um período de preparação anterior ao encontro para que os servidores possam pensar e sugerir artigos e textos de reflexão sobre assuntos que desejem ver discutidos durante

o encontro. Tradicionalmente, a diretoria apresentava uma tese que, normalmente, era aprovada no início do Congresso para nortear os trabalhos do sindicato pelos anos seguintes.

Desta vez, a tese-guia está sendo construída em conjunto com os servidores. Cada associado pôde encaminhar, até o dia oito de novembro, propostas, projetos ou sugestões. Um dos temas que o delegado eleito Lindomar Oliveira Costa espera ver incluído nos debates diz respeito à justiça social, que na avaliação do servidor, precisa ser aprimorada. “Ainda não temos realmente uma justiça social no país, independente de nível social e financeiro, que funcione com igualdade para todos, como determina a Constituição Federal”, diz. Os temas a serem discutidos nas palestras durante o Congresso foram selecionados após uma ampla pesquisa entre a categoria.

**“Minha expectativa em relação ao Congresso é tirar pontos positivos para o trabalho do sindicato nos próximos três anos e conscientizar a categoria da importância social de nosso trabalho.”**

## Grandes intelectuais enriquecem a pauta do Congresso

**O desafio econômico** – Até quando a herança maldita do governo FHC será um obstáculo ou servirá de desculpa para a falta da retomada do crescimento econômico, necessário para combater as altas taxas de desemprego e para melhorar as condições de vida da população mais pobre do Brasil? Esta é uma questão para ser respondida pelo professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Luis Fiori, que abordará o significado das transformações econômicas neoliberais na década de 90.

Fiori, um dos mais brilhantes economistas e cientistas políticos de sua geração, esteve na linha de frente da crítica ao governo Fernando Henrique e da onda neoliberal que engolfou o País nos últimos anos. Intelectual lúcido, prolífico, escreve regularmente tanto para os grandes jor-

nais do País como para a imprensa popular e de esquerda. Ganhou o Prêmio Jabuti de Economia, concedido pela Câmara Brasileira do Livro em 1998 e 2003.

Sua palestra enriquecerá a pauta do 4º Congresso, oferecendo subsídios importantes para que os servidores do Judiciário e do MPU tracem o seu plano de luta para os próximos três anos.

**Reforma maquiada** - O texto básico da reforma do Judiciário, aprovado no Senado Federal, ainda suscita divergências de opinião e, para falar do assunto com os participantes do 4º Congresso, o Sindjus traz o próprio autor do projeto original de 1992, o jurista e vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo.

Idealizador da causa, Bicudo se diz insatisfeito com o rumo que levou o projeto de sua autoria. Ele afirma que o Congresso Nacional demorou 12 anos para apreciar a proposta e quando o fez a piorou em todos os aspectos.

“O que está no Congresso Nacional hoje é uma maquiagem, não considero essa a minha proposta. Originalmente, o projeto tinha a meta de modernizar o Judiciário, tornando as decisões mais rápidas, mas hoje a finalidade é manter o que já existe, continuar com uma Justiça morosa e distanciada da população”, declara o jurista.

O vice-prefeito afirma que esse distanciamento deve-se à centralização da Justiça nos Estados. “Hoje os juízes estão des-

vinculados da comunidade, eles julgam papéis, não pessoas”, diz.

Bicudo também é contra o controle externo do Judiciário por meio de um Conselho Nacional de Justiça, órgão que irá fiscalizar os atos dos magistrados. O Conselho seria composto por nove juízes, dois advogados, dois membros do Ministério Público e dois cidadãos indicados pela Câmara e pelo Senado. “Será mais um órgão burocrático, mais um cabide de emprego. Não adianta criar um órgão fiscalizador composto em sua maioria por juízes porque vamos ter os mesmos problemas que temos hoje”, afirma.

O projeto atual impõe ainda a chamada súmula vinculante, que obriga as decisões do Supremo Tribunal Federal sobre temas que já tenham jurisprudência consolidada a serem seguidas pelas instâncias inferiores da Justiça. “A medida engessaria o Poder Judiciário de primeira instância”, analisa Bicudo.

**Previdência** –A procuradora do Ministério Público Federal de São Paulo e professora, Zélia Luiza Pierdoná, vai expor no Congresso do Sindjus sobre a Previdência Social e os fundos de pensão.

Na definição de Zélia, sua palestra irá contribuir para que os funcionários públicos se sintam mais seguros em relação à Emenda Constitucional nº 41/03, que trata da reforma da Previdência. A idéia é que os servidores possam tomar decisões em

relação a suas aposentadorias no momento adequado.

A procuradora pretende apresentar as vantagens e desvantagens que a EC nº 41 trouxe aos servidores, em quatro situações distintas: referente aos servidores já aposentados ou pensionistas; aos servidores que ingressaram no serviço público até a promulgação da EC nº 20/98 e que, portanto, podem se aposentar pelas regras de transição; aos servidores que ingressaram no serviço público antes da publicação da EC nº 41; e aos servidores que ingressaram no serviço público após a publicação da Emenda.

Na avaliação de Zélia Pierdoná, algumas mudanças introduzidas pela EC nº 41 precisam ser apreciadas e afastadas, caso não encontrem fundamento de validade nos princípios da Constituição Federal, como os da isonomia e da segurança jurídica.

“Entre outras coisas, a Emenda nº 41 trouxe uma única regra de transição para abranger todos os servidores. Essa regra é antiisonômica porque trata igualmente os desiguais e gera insegurança jurídica”, analisa Zélia.

Para Zélia, mesmo que a PEC Paralela seja aprovada também pela Câmara dos Deputados, a EC nº 41 voltará a ser debatida no Judiciário.

**“O que está no Congresso Nacional hoje é uma maquiagem, não considero essa a minha proposta.”**

## Justiça, um dever de todos

### Cinco personalidades abrirão o 4º Congresso

Parodiando a famosa frase do primeiro-ministro francês Georges Clemenceau (1841-1929) sobre a guerra, pode-se dizer que a Justiça é um assunto importante demais para ser deixada apenas nas mãos dos magistrados. Fazer justiça é um dever de todos e de cada uma das pessoas que vivem em sociedade. A propósito desse assunto, o jornalista TT Catalão fez em recente crônica as seguintes considerações:

Aristóteles (384-322 a.C.), o fundador da lógica formal, escreveu: “Quando os homens são amigos não há necessidade de justiça”. Se a gente reconhece, respeita e valoriza o outro, a gen-

te dá um imenso passo na direção da justiça cotidiana, comum, participativa. Aquela que se instala nas pessoas, vai para as ruas e consegue contagiar sociedade, códigos e sistemas. Justiça pelo senso comum, nascida no desejo, compromisso e atitude da cada um. Justiça de todos e para todos como fundamento da cidadania. Justiça que brota do ato primeiro de comprometimento para que o outro exista, seja reconhecido, cresça e amplie sua capacidade de ser mais humano. É a justiça construída no coração das pessoas e tornada prática, vital, no próprio exercício permanente de uma vida melhor.

“Justiça, dever de todos” é o tema das conferências que serão proferidas na abertura do 4º Congresso do Sindjus. Com essas conferências, que serão abertas ao público, o Sindjus quer propor à sociedade brasiliense uma reflexão sobre a construção do Judiciário que o povo brasileiro merece e, em consequência, sobre as responsabilidades da magistratura e sobre o papel dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União.

Para que o debate tenha densidade, o Sindjus convidou cinco grandes conferencistas do Judiciário, do Legislativo, do

Executivo, da Magistratura e da Universidade. São eles: o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim; o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP); o secretário da reforma do Judiciário, Sérgio Renault; o juiz federal David Diniz Dantas, de Ribeirão Preto, São Paulo; e o historiador, escritor e editor Jaime Pinsky.

A presença dessas personalidades na abertura do 4º Congresso, para discutir um tema que preocupa a nossa categoria todos os dias, certamente será um marco na história do Sindjus. Um evento que você deve agendar imediatamente. ■

## programação

**Tema Central: O que o Sindjus pode fazer por você? O que você pode fazer pelo Brasil?**  
**Local: Parlamundi (LBV)**

**02/12/04 19h** – Abertura **19h30** – Conferências: “Justiça, dever de todos” Presidente do STF, ministro Nelson Jobim; Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh; Secretário de Reforma do Judiciário, Sérgio Renault; Juiz Federal, David Diniz Dantas; Historiador escritor e editor, Jaime Pinsky; **22h** – Coquetel e apresentação do Coral do TRF.

**03/12/04 8h** – Credenciamento **8h30** – Atividade de integração **9h** – Palestra: Previdência Pública e Privada – Novos Rumos – Procuradora do MPF-SP, Zélia Luiza Pierdoná **10h** – Palestra: Capacitação Profissional e a Importância do Conhecimento - Marcos Dantas **11h** – Oficina: O que o Sindjus pode fazer por você? **13h** – Almoço com a apresentação do Quarteto de Vento em Corda **14h** – Palestra: Desenvolvimento econômico com inclusão e responsabilidade social - Economista e cientista político, José Luis Fiori **15h** – Palestra: Que Judiciário queremos? - Jurista e vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo **16h** – Coffee Break **16h30** – Oficinas: O que você pode fazer pelo Brasil? **19h** – Encerramento do dia

**04/12/04 9h** – Apresentação dos resultados das oficinas **10h30** – Plenária Final **13h** – Encerramento: Feijoada e apresentação do grupo Choro de Calango

# Servidores retomam a luta da casa própria

**“Já fizemos várias reuniões na Secretaria de Patrimônio da União e nunca tivemos uma resposta satisfatória”**

**Alcides Carvalho,**  
presidente da  
Associação dos  
Servidores do STJ

**Carlos Costa**

**E**stima-se que metade dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União residentes em Brasília não têm casa própria. As tentativas de se criar um plano habitacional para esses trabalhadores se arrastam há quase uma década. Aquelas que foram levadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal foram rejeitadas pelo governador Joaquim Roriz. Mas os servidores dos tribunais e do MPU não desistem da luta. Têm planos diversos para a categoria. Os governos local e federal também. Mas tudo ainda está no campo das análises e das discussões.

A primeira tentativa de se criar um plano habitacional para os servidores do Judiciário ocorreu em 2001. O projeto de lei que

previa a construção de um setor habitacional exclusivo para os funcionários dos tribunais e do MPU foi aprovado pelos deputados distritais. Mas quando chegou ao Palácio do Buriti foi vetado por Roriz. Os deputados não conseguiram derrubar o veto do governador. Em 2003, o deputado Chico Floresta (PT) apresentou um projeto para criar a Cidade do Servidor, próximo ao Gama e ao Park Way. A proposta foi rejeitada.

Mas os servidores insistem na proposta. “Fizemos vários estudos para identificar áreas para moradia. Um deles aponta uma área atrás da Rodoferroviária”, conta o presidente da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Alcides Carvalho. Todos os terrenos estudados, segundo Carvalho, pertencem à União. Portanto, a concretização da idéia depende da

vontade do governo federal. "Já fizemos várias reuniões na Secretaria de Patrimônio da União e nunca tivemos uma resposta satisfatória", reclama Alcides Carvalho.

A cessão de terras da União para programas habitacionais tem sido dificultada principalmente por questões ambientais. É o que travou, por exemplo, o projeto do Setor Habitacional Catetinho. Os lotes ficam na mesma área onde seria construída a Cidade do Servidor. O plano do Governo do Distrito Federal (GDF) era criar ali uma nova cidade para a classe média.

O Ministério Público Federal tenta barrar na Justiça a instalação do Catetinho porque considera inválido o licenciamento ambiental concedido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) para a área. Para os procuradores da República, apenas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis no DF (Ibama) poderia autorizar o início a implantação de um empreendimento dentro da Área de Proteção do Ambiental (APA) do Planalto Central.

**Parceria** - O GDF vai propor ao governo federal que alguns imóveis sejam destinados aos servidores do poder público local e federal. A idéia foi anunciada pelo governador Joaquim Roriz (PMDB) no começo de outubro. Mas até agora, de acordo com as assessorias de comunicação do GDF e da Secretaria de Patrimônio da União, a proposta está "em fase de estudo".

O plano do GDF é que o atendimento dos interessados seja feito pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Seduh) e pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). A Seduh atenderia os servidores públicos que ganham até seis salários mínimos por mês – o equivalente a R\$ 1.560,00. Já a Terracap cria-



ria um plano para os funcionários públicos com renda superior a seis salários mínimos.

Em ambos os casos, além da renda, os servidores teriam que comprovar a necessidade da moradia. A prioridade seria para aqueles com menores salários, mais filhos e maior tempo de residência em Brasília, como ocorre com os planos habitacionais em vigor no GDF, por meio da Seduh.

Relatório preliminar da Secretaria de Patrimônio da União sugere a criação de um setor habitacional específico para os servidores públicos residentes em Brasília. Idéia que já foi rejeitada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e pelo governador Roriz em outras oportunidades.

**Descrença** - Os representantes dos servidores públicos do Distrito Federal desconfiam da boa vontade dos governos local e federal de criar mecanismos para a categoria ter sua casa própria. "Fomos os primeiros a levantar essa questão. No ano passado entregamos nossa reivindicação e até hoje nada", conta o sindicalista Antônio Lisboa, diretor do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF).

Segundo Lisboa, representantes do GDF informaram apenas que o governo está criando

um plano habitacional para os professores da rede de ensino público brasileiro. "Mas eles não detalharam nada. Apenas disseram que o projeto está com a Ivelise Longhi (deputada distrital pelo PMDB e ex-secretária de Desenvolvimento Urbano do governo Roriz)", diz o sindicalista.

Os professores do Distrito Federal também aguardam uma resposta da Secretaria de Patrimônio da União. "Em maio, fomos informados de um programa de financiamento para os servidores públicos comprarem seus imóveis, mas o projeto não saiu do papel até agora", lembra Antônio Lisboa. Levantamento do Sinpro-DF mostra que 12 mil dos 38 mil professores brasileiros moram de aluguel.

**Militares** - Até hoje, apenas os policiais civis, militares e bombeiros conseguiram um plano habitacional do GDF. Em abril, Roriz assinou decreto criando o Setor Habitacional Mangueiral. São 208 hectares – o equivalente a 208 campos de futebol – ao lado dos condomínios do Jardim Botânico, no Lago Sul. Serão distribuídos de 10 mil a 12 mil lotes para famílias dos servidores da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

A conquista veio oito meses depois do conflito por lotes em becos da Ceilândia e Taguatinga. Policiais militares invadiram

áreas públicas e construíram suas casas. Houve várias operações de retirada dos invasores, em vão. Os PMs resistiram, ficaram nos becos e acabaram livres de qualquer punição. Agora, os revoltosos e seus colegas estão perto da casa própria.

O Sindjus também está preocupado com o déficit de moradia de seus filiados e, proxima-mente, pretende realizar um censo sobre a questão da casa própria dos servidores do Judiciário e do MPU. Segundo o coordenador geral do sindicato, Roberto Policarpo, é preciso ter informações precisas sobre o assunto. "Com os dados que levantaremos, o sindicato procurará o governo federal e as administrações do Judiciário e do MPU para solucionar o problema".

Segundo Policarpo, a questão habitacional preocupa os servidores porque Brasília tem um dos metros quadrados de construção mais caros do País, dificultando a aquisição da casa própria.

Provavelmente, o tema será incluído na pauta do IV Congresso pelos delegados que foram eleitos para representar a categoria no evento. E passará a ser uma prioridade no próximo ano, acredita Policarpo. ■

**Segundo Policarpo, a questão habitacional preocupa os servidores porque Brasília tem um dos metros quadrados de construção mais caros do País, dificultando a aquisição da casa própria.**

## Ministro Carlos Alberto, do TST

“A paz que exclui uma camada expressiva da sociedade é uma paz assentada num lamaçal”



Natural de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, 60 anos, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Superior do Trabalho, é formado em Direito pela UFMG, licenciado em Filosofia pela Faculdade de Divinópolis, mestre e doutor pela Faculdade de Direito da UFMG, e professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho da UFMG desde 1985, estando à disposição da UnB desde 1999. É evidente que o portador desse currículo integra a elite intelectual do País. O que não é evidente, se alguém não contar, é que ele é um dos raros negros brasileiros que chegaram ao topo da excludente pirâmide social brasileira. O mais importante, porém, é que ele faz questão de assumir a sua negritude e de militar ativamente em favor da população negra e dos demais setores excluídos do País. Por essa razão o *Jornal do Sindjus* resolveu entrevistá-lo, em homenagem ao Dia da Consciência Negra, a ser comemorado no dia 20 de novembro. Para participar da entrevista, convidamos o professor José Geraldo de Sousa Junior, da Faculdade de Direito da UnB, e o servidor do TST, Salles Augusto, sociólogo e militante da Causa Negra.

**Jornal do Sindjus** – O mote desta entrevista é o Dia da Consciência Negra, que se comemora no próximo dia 20. Resolvemos procurá-lo porque o senhor é ministro do Tribunal Superior do Trabalho e assume a sua negritude. Nem todos as pessoas negras, em posições sociais importantes, assumem a negritude como um valor. Para iniciar a conversa, gostaríamos que o senhor fizesse algumas considerações sobre o que é assumir a condição de negro num País em que a escravidão durou mais de 300 anos.

**Carlos Alberto** – Assumir a negritude significa uma forma de ver a organização da sociedade. Nós, da raça negra, temos valores e devemos oferecer esses valores para a sociedade. Assim como recebemos valores, temos valores a dar. Assumir a negritude é acreditar que podemos ajudar o Brasil a crescer com os nossos valores culturais, valores de vida. Hoje, mais do que nunca, os próprios negros têm que ter consciência disso.

**Jornal do Sindjus** – O senhor já foi vítima de racismo?

**Carlos Alberto** – Basicamente, todo negro é vítima de racismo, pela própria estrutura da sociedade brasileira. Eu responderia com muita objetividade que sim. Quando? Prefiro não dizer porque acho que isso não ajuda na reflexão. São situações, e é muito interessante observar um

dado: à medida que você vai criando o seu espaço no grupo social, você passa a ser mais conhecido e, conseqüentemente, mais respeitado. Então as atitudes racistas vão desaparecendo. A discriminação é uma coisa curiosa. O brasileiro discrimina de forma velada, inconsciente. As pessoas acham natural. O importante é que hoje, com o avanço da discussão, as pessoas já percebem o que antes faziam inconscientemente. Outro fato importante é as pessoas discriminadas também achavam natural serem discriminadas. Mas houve um despertar da consciência da negritude. A consciência negra é exatamente isso: os negros tomam consciência de que têm valores, de que têm um lugar a ocupar na sociedade. A importância da história de Zumbi é que ele se sente capaz de dizer que é livre e é capaz de lutar e de morrer pela liberdade. A importância do 20 de novembro reside aí, na consciência da libertação.

**José Geraldo** – O senhor é um homem bem sucedido na sua trajetória profissional e política. Intelectualmente, é um doutor em Direito, professor de instituições renomadas, da UFMG, da UnB, e ministro de um tribunal superior. Em que medida essa consciência – que o senhor diz ser resultante de quem não sofre a discriminação e não se deixa vitimar por ela –, e em que medida os valores da negritude

modificaram ou interferiram, no sentido criativo, transformador e libertário, na sua atividade de jurista, de aplicador do Direito?

**Carlos Alberto** – Esse é um aspecto muito interessante, um problema de densidade interior. À medida em que você faz parte de um grupo que a sociedade exclui, você começa a descobrir a força dos que são excluídos, dos marginalizados. Para quem estuda Direito e para quem, como nós, trabalha no Judiciário e, conseqüentemente, almeja aplicar a Justiça, isso faz com que a gente cresça em termos de sentimento humano, de compreensão do outro. Nessa situação, eu, que me considero um privilegiado, tenho o sentimento da proximidade com os excluídos. É um sentimento de quem vive do Direito, de quem considera que o Direito é também libertação, afirmação. Afirmar a cidadania nada mais é do que buscar a libertação. Eu acho isso um privilégio, uma riqueza para a minha atuação profissional. Certa vez, li no *Estado de Minas* uma carta de um ex-colega meu, dizendo que era contra as cotas. Ele dizia assim: “Sou contra as cotas porque o Carlos Alberto Reis de Paula foi meu colega e hoje ele é ministro do TST, e não precisou de cotas”. A partir desse momento, criei outro raciocínio. Exatamente por ser ministro do TST é que vejo a necessidade de defender as cotas. Sabe por quê? Porque eu fui um privilegiado, a vida me propiciou coisas que propicia a poucos. Meu pai nunca foi pobre, era um homem de luta e teve uma vida estabilizada. Quando eu terminei o ginásio, fui para um seminário, onde fiz cursos de filosofia e teologia. Saí do seminário e fui direto para a Faculdade de Direito da UFMG, por sinal, tirando o primeiro lugar no vestibular. Então, vejam só: eu consegui me formar, arrumei a vida

fazendo concurso, me tornei professor em Pedro Leopoldo (*sua cidade natal, NE*), funcionário do Tribunal de Contas da União, juiz. A vida, repito, me beneficiou e eu pude concorrer em igualdade de condições com os outros. Voltando à questão inicial: o que é a cota? A cota nada mais faz do que possibilitar igualdade de tratamento. Exatamente com o meu exemplo é que chego à conclusão invertida, porque a cota visa a possibilitar que as pessoas estejam parelhas. Não há verdadeira concorrência se as pessoas estão em condição de desigualdade. Não é possível dizer que os negros tenham condições de igualdade hoje no Brasil. Eles ocupam poucas posições de relevância social. Nós temos o Joaquim (Barbosa) no Supremo Tribunal Federal e eu aqui no TST, e mais ninguém nos tribunais superiores. A questão é que não há uma equivalência representativa.

**Jornal do Sindjus** – Quando se discutem as cotas, há pessoas que dizem assim: “Vocês estão criando uma confusão, porque o Brasil é um país de muita paz, e com essa proposta vocês ampliam os conflitos”. Essas pessoas têm razão porque, quando se toma consciência da discriminação, ampliam-se mesmo os conflitos, já que os negros vão à luta para acabar com a discriminação. Não é importante ampliar os conflitos?

**Carlos Alberto** – Essa é uma questão muito interessante. Qual é a forma de haver crescimento? Não vou ser hegeliano, mas para haver síntese é preciso haver antítese! As pessoas dizem que vivemos em paz, mas vivemos em paz como? Com uma turma marginalizada. E quem é que quer viver em paz dessa maneira, com a paz só daqueles que se beneficiam desta organização da sociedade, dos

bens da sociedade? Quando falo em bens da sociedade não estou falando só dos bens com valor monetário. Eu incluo todos os bens, os bens culturais, o lazer como um direito, de ter uma vida digna, de ter uma habitação digna. Quem pode usufruir dos bens que a sociedade criou ao longo da história acha que esse mundo é muito bom e acha que essa paz deve ser mantida. Mas eu costumo dizer: a paz que exclui uma camada expressiva da sociedade é uma paz assentada num lamaçal. Se alguém diz que através da conscientização eu vou provocar algum desconforto, alguns transtornos, eu respondo “graças a Deus!”, porque efetivamente haverá uma partilha. Dentro dos valores básicos do Direito, nós temos o problema da liberdade, o problema da propriedade, o problema fundamental da vida. Mas um dos valores mais caros em nossa formação ocidental é o valor da propriedade, o valor de você ser dono de alguma coisa. Sabe por que as pessoas se incomodam tanto com o problema das ações afirmativas? Porque através da conscientização dos negros, cuja consequência é a luta para reduzir a exclusão econômica, abre-se a possibilidade de uma aproximação em termos de igualdade. Isso vai significar o quê? Vai significar uma redistribuição dos bens de vida. Em outras palavras, se você tem 100 não vai poder ficar com 100, mas com menos. Haverá perdas. Ninguém ganha a não ser que alguém perca.

**José Geraldo** – O senhor foi membro da delegação brasileira à Conferência de Durban, em 2001. Como é que viu a representação das lutas da negritude brasileira traduzidas na plataforma de Durban, e em que medida o senhor acha que no Brasil de hoje as propostas que estão sendo conduzidas corres-

pondem a esse estágio avançado de inclusão?

**Carlos Alberto** – Foi uma das passagens mais bonitas que já experimentei na vida. O dado básico é que o Brasil tinha a maior delegação, e a participação do movimento negro foi muito expressiva. Um aspecto altamente positivo foi o fato de o governo brasileiro ter admitido publicamente a existência do racismo, embora com certa timidez na formalização de sua posição, por razões diplomáticas. Na fase preparatória, o governo assumiu o compromisso de defender a reparação aos negros (*por conta do regime de escravidão que vigorou no País por mais de três séculos, NE*), mas em Durban o discurso foi mais brando. Tanto assim que boa parte da delegação brasileira deixou de comparecer à manifestação oficial porque não concordava esse tom brando. O mais importante é que o evento ocorreu na África, onde os negros estavam mais próximos de suas origens e por isso houve uma grande força espiritual. A maior riqueza que eu vi foram os debates paralelos, com o intercâmbio das várias representações. O movimento negro era o mais expressivo, mas havia também representações de índios, de deficientes, dos homossexuais, todos. A conferência era genérica contra todas as formas de intolerância. Aquilo valeu como um grande despertar de consciências.

**Jornal do Sindjus** – Desde então o movimento negro ampliou seus horizontes, não é?

**Carlos Alberto** – Nos últimos dez anos, nada evoluiu tanto do ponto de vista de consciência e de maturidade como o movimento negro. E nesse aspecto Durban foi muito importante. Aliás, um dia desses eu estava

almoçando com o Ivair Augusto Alves dos Santos (*assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, NE*), e ele comentou: “Ministro, nós precisamos pensar em uma outra coisa. Tudo tem seu momento. Nós já começamos a ter algumas presenças importantes em vários setores. Agora, devemos nos preocupar não apenas em ocupar espaços, mas acompanhar e dar elementos para que essas pessoas cresçam e se tornem representativas.” De fato, um dos riscos que nós corremos na ocupação de espaço é a pessoa se projetar e esquecer suas raízes. Ela começa a achar que tudo aquilo é devido a ela mesma, a seus méritos, esquecendo que está lá por causa de uma força social, e que ela, naquela posição, está numa situação emblemática. Ela serve de referência para mostrar para os outros que é possível ocupar os espaços e, com seu exemplo, puxar outras pessoas.

**Jornal do Sindjus** – Nós entrevistamos o professor José Jorge, da UnB, e ele disse que os brancos fazem uma certa concessão aos negros quando eles atingem postos e cargos importantes, mas desde que fiquem calados, desde que não levem adiante a discussão da questão da igualdade. O senhor nunca foi convidado a silenciar-se, a deixar de discutir certos assuntos no TST?

**Carlos Alberto** – A silenciar, não. Mas houve reações contrárias, sim. Eu posso dar um testemunho altamente elogioso em relação ao TST. Eu estou aqui desde 1998, e em momento algum houve por aqui a vocação de se fugir dos temas da discriminação. Curiosamente, depois que fizemos o seminário “Discriminação e Sistema Legal Brasileiro” no dia 20 de novembro de

2001, depois da Conferência de Durban, com mais de 500 pessoas, um evento fantástico, parece que houve um acender de consciência muito forte. Tanto é assim que o TST tem hoje normas administrativas reservando cotas para negros em serviços terceirizados. Isso do ponto de vista administrativo. Nos julgamentos também houve avanços. Os ministros daqui são muito sensíveis às questões que envolvem as discriminações. Portanto, no TST eu nunca fui convidado a me silenciar. Em certos ambientes de nossa sociedade há essa vocação, mas quando a luta é boa, e você tem coragem de se expor, essas pessoas se recolhem.

**Jornal do Sindjus** – O professor José Jorge também chamou a atenção para um dos efeitos das oportunidades oferecidas aos negros, nas universidades, por exemplo, que é a formação de uma massa crítica de intelectuais negros capazes de puxar a luta. O que se poderia fazer para apressar o crescimento dessa massa crítica?

**Carlos Alberto** – O caminho é trabalhar através de pequenos núcleos, que multipliquem suas atividades como se fossem ondas. É preciso trabalhar como o Hélio Santos, um grande intelectual negro. É preciso cuidar da cultura negra. No início do ano, estive na Bahia para participar da formatura de um curso de especialização de direito constitucional voltado para a exclusão social, assentado na questão dos negros. Quer dizer, é possível fazermos esse trabalho.

**Jornal do Sindjus** – No Brasil já houve uma imprensa negra muito ativa. Depois, ela se perdeu. Hoje, existe uma revista negra importante em São Paulo, mas que é dirigida mais para a classe média com acesso a pro-

duto de consumo. Não deixa de ser uma maneira de afirmação, mas o movimento não deveria resgatar aquela antiga militância intelectual da imprensa negra?

**Carlos Alberto** – Eu concordo com você. Esse tipo de revista se adequa à sociedade. Em vez de puxar a sociedade para os nossos valores, vai atrás dos valores assentados da sociedade. Para ocupar espaço, junta-se à lógica do consumo, que não nos promove.

**Salles Augusto** – O nome da revista referida é “Raça”. De fato, ela tem uma visão de mercado. Houve pesquisas demonstrando que havia uma classe média negra consumidora e a “Raça” respondeu a essa demanda, e foi um sucesso não só de público, mas também um sucesso empresarial. Mesmo que a “Raça” tenha o objetivo de conduzir um público para o mercado, ela mostra pessoas emblemáticas da sociedade brasileira que não aparecem na televisão. Você se ver nela tem uma importância simbólica fora do comum. Ter personalidades emblemáticas na sociedade é importante. Quando o ministro Carlos Alberto veio para o TST, eu fiquei super feliz porque eu podia me ver no ministro. Fiquei na fila para dar os parabéns. É importante para os negros ter o ministro Carlos Alberto no TST, ter o ministro Joaquim Barbosa no STF, ter a Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, ter o Gilberto Gil no Ministério da Cultura. Ter essas pessoas como ministros é muito importante para uma parte da população que diz assim: “Se eles puderam chegar lá, por que é que eu não posso?”

**Carlos Alberto** – Essa colocação foi ótima. De fato, nós funcionamos através de emble-

mas. Vamos reconhecer outro fato positivo: o de as mulheres negras começarem a se descobrir como mulheres bonitas. À medida em que a mulher negra, e o homem negro também, começam a gostar mais de si, isso terá um valor muito grande. Há dez anos, o pessoal não usava rastafári, mas agora usa. Há nisso um valor simbólico. Há várias maneiras de a gente se manifestar positivamente, mas é preciso saber diferenciar o que é relevante daquilo que é menos importante.

**Salles Augusto** – Quando o ministro Carlos Alberto chegou ao TST, a discussão sobre as ações afirmativas estava no início. Num primeiro momento, ele afirmou que, a priori, seria contra as cotas, embora as julgasse necessárias. Hoje, é francamente favorável às cotas. Eu gostaria de saber o que levou o senhor a mudar de posição.

**Carlos Alberto** – Na questão das cotas, em princípio, acho que é preciso ter cuidado. Mas quanto mais a gente vai vivendo, mais vai se apercebendo da realidade. Hoje, posso dizer com a maior tranquilidade que as cotas, do ponto de vista estratégico e político, são cada vez mais necessárias. No Brasil de hoje as cotas são indispensáveis. Sabe por quê? Porque o Brasil é um país de pouca preocupação social. As cotas são o caminho obrigatório para se fazer a inclusão dos que são excluídos de maneira mais acentuada e definitiva.

**Jornal do Sindjus** – O senhor acaba de participar de um seminário na UnB, organizado pelo professor José Geraldo, em que se discutiu esta questão. No seminário, defendeu a tese da constitucionalidade das cotas. O senhor pode resumi-la para nós?

**Carlos Alberto** – A cota é constitucional porque a Constituição consagra as ações afirmativas. O artigo 170 da Constituição protege a pequena empresa. A Constituição protege, de forma específica, os portadores de deficiência. E protege as mulheres. Não há possibilidade de se afirmar a igualdade em um país de desigualdades, como é o Brasil, a não ser através do mecanismo das ações afirmativas que a própria Constituição consagra. Não há outra forma.

**Salles Augusto** – O senhor acha que no campo das relações raciais o Brasil tem avançado?

**Carlos Alberto** – Eu acho que tem, porque o movimento negro tornou-se tão insistente que tornou claro que o racismo é um problema de nossa sociedade. Mas eu acho que falta uma política ordenada e sistemática para o negro. Há manifestações e iniciativas isoladas para reduzir a exclusão e promover os negros, mas não há uma política global, orgânica. Isso faz falta. Acho inclusive que falta ao governo uma visão global sobre o assunto. É importante a existência do ministério da Matilde (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, dirigida pela ministra Matilde Ribeiro, NE) que é uma pessoa extremamente competente. Mas faltam diretrizes para integrar as várias áreas, Trabalho, Educação, Cultura.

**José Geraldo** – Fugindo um pouco da temática que estamos abordando... O senhor, que teve um aprendizado de consciência sobre a solidariedade, como vê alguns temas que estão colocados hoje na pauta do TST, que extrapolam as questões étnicas e vão para o âmbito da distribuição da riqueza, do reconhecimento dos direitos, como a pre-

carização do trabalho, a flexibilização dos direitos, a renúncia legal em nome do contratual?

**Carlos Alberto** – Eu vejo tudo isso com muita angústia, sob dois aspectos: a distorção do que seja a natureza objetiva do direito do trabalho e o ônus imposto aos excluídos. Em primeiro lugar, as pessoas se esquecem de que o direito do trabalho visa a proteger os trabalhadores em nome da cidadania. Se o direito do trabalho não for afirmado e

nar mais excluídos ainda.

**José Geraldo** – O País passa por um debate muito forte orientado pelo tema das reformas estruturais. Além da reforma do Judiciário, há duas outras pautadas, a sindical e a trabalhista. O que, a seu ver, é fundamental nessas duas reformas?

**Carlos Alberto** – Na reforma sindical, o fundamental é a busca da representatividade dos sindicatos. Na reforma trabalhista,



defendido, quem perde é a cidadania. Em segundo lugar, quando se fala em precarização, terceirização, redução de direitos, eu fico sempre com a certeza de que quem vai pagar o preço último são os excluídos. As estatísticas demonstram que a redução de empregos atinge principalmente os trabalhadores menos qualificados, os que estão na zona de pobreza, e é lá que estão os negros. Quem fica com o trabalho mais precarizado são exatamente os excluídos, que vão se tor-

ta, é a proteção dos empregados. Não há reforma trabalhista que não seja para proteger o empregado. Não estou dizendo se é mais ou se é menos, é não perder a noção de proteger o empregado. Se você perde a dimensão de proteção, você não tem mais direito do trabalho. Essa é a noção básica. Não existe direito do trabalho sem proteger os trabalhadores. Alguns querem fazer direito do trabalho sem proteger. Isso para mim não é direito do trabalho, isso é direito civil. ■

## Mães lutam para interromper gravidez

**Cristina Lima**

**A**dor só não é maior porque dói mais na alma do que no corpo, incomoda, traz sofrimento e angústia. É isso o que sentem as mulheres que carregam no ventre fetos sem cérebro, vítimas de uma doença chamada anencefalia. Desde o dia 20 de outubro, elas não podem mais escolher se querem ou não levar adiante a gravidez inviável. Sete dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram por elas. Cassaram a liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello que, em julho passado, as autorizou a provocar o aborto

nos hospitais públicos e particulares de todo o País.

A ação foi movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), que reúne mais de um milhão de médicos e enfermeiros em todo o País, pedindo autorização para que os hospitais possam fazer o aborto de bebês sem cérebro. É possível detectar a deformação a partir da 12ª semana de gestação por meio de ultra-sonografia ou ressonância magnética. Os ministros do STF julgaram a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54.

**Indignação** – “Elas se sentem muito mal. Uma delas, quando soube, ficou indignada: ‘É um bando de homens decidindo mi-

nhá própria vida’, comentou. Essas mulheres esperam que essa decisão seja revertida”, afirmou a bioeticista Débora Diniz, doutora em Antropologia e co-autora do livro “Aborto por anomalia fetal”. Débora integra o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gêneros (ANIS), parceiro da CNTS. Desde que a liminar foi cassada, ela diz que de oito a nove mulheres em todo o Brasil tiveram os procedimentos cancelados. De 30 a 50 mulheres em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília foram beneficiadas durante os quase três meses de vigência da liminar.

A polêmica se instalou depois da liminar do ministro Mar-

co Aurélio. Desde então, vários setores da sociedade travam discussões fervorosas sobre fetos anencefálicos. A Igreja Católica e o procurador geral da República, Cláudio Fonteles, por exemplo, declararam-se contra a interrupção da gravidez. Os católicos argumentam que enquanto o bebê estiver respirando ou enquanto um órgão estiver funcionando, seja no ventre ou fora dele, existe vida e alma. Por outro lado, o Conselho Federal de Medicina e o Ministério Público do Distrito Federal, por meio da Promotoria de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (Pró-Vida), aprovam o aborto nesse caso.

Na ação que apresentou, a

CNTS pede que se apliquem os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, liberdade e autonomia da vontade, bem como o direito à saúde na interpretação dos artigos 124, 126 e 128, I e II, do Código Penal, que tratam do crime de aborto, para que se permita a interrupção de gravidez do feto sem cérebro.

A decisão final do STF sobre o assunto não tem data prevista. Enquanto isso, o debate promete esquentar no Congresso Nacional. É que tramita no Senado Federal Projeto de Lei 227/2004, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que permite a interrupção da gravidez de feto com anencefalia, desde que o ato seja praticado por médico habilitado, com o consentimento da gestante.

**Vanguarda** – Antes mesmo de o ministro Marco Aurélio se declarar a favor do aborto nesses casos, o Distrito Federal já possuía um sistema diferenciado de atendimento às gestantes. A Promotoria de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (Pró-Vida), criada pelo promotor Diaulas Costa Ribeiro, avalizava a interrupção da gravidez nesses casos.

De 1999, quando foi implantado o sistema, até o início deste ano, a Pró-Vida emitiu pareceres favoráveis a pelo menos

120 interrupções de gravidez em que o feto apresentava anencefalia ou acrania (sem o crânio). Os médicos temiam possíveis processos por prática de aborto proposto pelo MPDF. Diaulas decidiu montar o modelo. Com base em laudos atestando a falta de cérebro ou crânio, a grávida era atendida por médicos contratados pela Promotoria, que enviavam a documentação ao promotor. Diaulas avalizava a interrupção e encaminhava as gestantes, em até 24 horas, para o Hospital Regional da Asa Sul (HRAS). “Com a nova decisão do STF, as autorizações estão suspensas. Ainda não decidi de que forma atuaremos daqui por diante”, comentou.

No meio de uma guerra em que se levam em consideração embasamentos morais e éticos, as mães pobres – as ricas, em geral, pagam os abortos em clínicas particulares – sentem-se encurraladas. Em dez anos, duas mil mulheres deram à luz bebês anencefálicos em todo o País.

A bioeticista Débora Diniz explica que na época em que foi aprovada a legislação que criminaliza o aborto, em 1940, não havia técnicas de diagnóstico pré-natal. Com os avanços da ciência nos últimos trinta anos, já é possível acompanhar o desenvolvimento do feto desde as primeiras semanas de gestação. “O resultado deste avanço e po-

pularização das técnicas de diagnóstico é que o tema do aborto por anomalia fetal passou a fazer parte da rotina do pré-natal”, afirma a antropóloga.

Segundo ela, pesquisas internacionais indicam que 98% das mulheres que recebem o diagnóstico de anencefalia solicitam a interrupção da gestação. “O aborto por anomalia fetal, no Brasil, só ocorre pelo empenho de alguns profissionais. Estima-se que duas mil já conseguiram tirar os fetos graças a decisões judiciais. A maioria dessas mulheres são pobres e usuárias dos serviços públicos de saúde. Se somarmos a esse grupo as usuárias de serviços privados de saúde, certamente o número será mais expressivo”, apontou.

Para Débora, “é fundamental que a mulher seja livre para decidir se quer ou não levar adiante uma gestação e o Estado deve oferecer os recursos necessários para suportar a escolha”. No entendimento do ministro Marco Aurélio Mello, favorável à interrupção, manter a gravidez da mãe resulta em impor à mulher e à família danos à integridade moral e psicológica. A gestante que espera um bebê sem cérebro convive diariamente com a triste realidade de que o feto que tem dentro de si nunca poderá se tornar um ser vivo.

**Anomalia** - Foi difícil decidir. A empregada doméstica Marlene (nome fictício) 27, estava grávida de seis meses quando decidiu interromper a gravidez. “Acho que foi o melhor que fiz. Se ficasse com ela na barriga até o fim, seria prolongar o sofrimento”, contou, depois de fazer um aborto há quatro meses. Mesmo sendo católica, ela confessa que a decisão foi mais racional do que guiada por conceitos religiosos.

O diagnóstico foi feito quando ela decidiu procurar o médico por sentir cólicas. Contaram a ela que o bebê não sobreviveria após o parto, e que cabia a ela decidir se levaria a gestação adiante. “Não sei o que faria se estivesse grávida agora. Acho errado a decisão da Justiça. Se tivesse dinheiro, procuraria uma clínica clandestina”, contou.

Não foi a mesma decisão tomada por Cláudia (nome fictício), 32. Grávida do primeiro filho, há um ano ela preferiu esperar o filho nascer para morrer poucas horas depois. Os médicos a aconselharam a não olhar a criança. Bebês assim têm aspecto deplorável. Quando estão sem crânio, o cérebro fica exposto. Se não tem cérebro, o crânio fica deformado. “O sofrimento foi muito grande. Mas não conseguia abortá-lo. Toda vez que pensava nisso me sentia angustiada. Até hoje, não sei se tomei a decisão correta”, confessa. ■

- A lei brasileira só permite retirada de fetos em dois casos: estupro ou quando a gravidez representa risco para a mãe. Com a ação, pretende-se permitir que mães de bebês anencefálicos decidam ou não interromper a gravidez.
- A ciência médica tem quase 100% de certeza de que os bebês anencefálicos morrem minutos após o parto. No Brasil, o que ganhou maior sobrevivência morreu 72 horas após o nascimento. Pelo menos 50% dos bebês sem cérebro morrem ainda no ventre da mãe.
- Desde que a liminar foi cassada, a antropóloga Débora Diniz diz que de oito a nove mulheres em todo o Brasil tiveram os procedimentos cancelados. De 30 a 50 mulheres em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília foram beneficiadas durante os quase três meses de vigência da liminar.



## Crianças dão exemplo aos adultos

**Cristina Lima**

**É** difícil para os pais conscientizarem os filhos de que desenhos animados com imagens e mensagens de violência são uma apologia ao crime. As crianças não têm discernimento para saber o que é certo e errado. Não sabem que armas de brinquedo podem levá-las a ter sentimentos ruins, a brigar com os irmãos, a bater nos amigos. Temendo o aumento da criminalidade, a sociedade civil começa a se organizar. A Campanha Nacional do Desarmamento, de iniciativa do Governo Federal, tem inspirado escolas e igrejas a conversar com as crianças sobre a necessidade de uma cultura

de paz. E o resultado não poderia ser diferente: meninos e meninas acabam convencendo os pais de que revólveres, pistolas, facões e espingardas não são brinquedos de criança.

A versão infanto-juvenil da campanha nacional ganhou nome e virou Campanha do Desarmamento Infantil. O NDA Jr, colégio onde os alunos cursam do maternal à 8ª série na Asa Norte, deu início ao projeto no dia 23 de outubro. Mais de 300 crianças e adolescentes estiveram presentes para trocar armas de mentira por brinquedos de verdade. Durante uma semana antes do evento, que entrará para o calendário oficial de eventos do NDA Jr, eles participaram de atividades em prol de

uma cultura de paz.

**Capacitadores** – As paredes da escola foram enfeitadas com cartazes produzidos pelas crianças. Os 500 alunos ouviram palestras, assistiram a teatro na escola, confeccionaram brinquedos para a troca e ainda questionaram muito os professores sobre a necessidade da campanha. Alguns alunos, mais crescidos, insistiam em dizer que não precisaria daquilo para convencê-los. Mas ouviam em seguida uma explicação convincente: eles serão capacitadores, isto é, terão a responsabilidade de convencer os irmãos, os primos e até mesmo os pais de que ter arma em casa, ainda que seja de mentira, promove a violência.

“O governo investe na conscientização dos adultos, mas faltam as crianças. A escola tem papel fundamental nesse sentido. É uma lacuna que precisa ser preenchida”, explicou a psicóloga infantil, Mônica Chaperman.

O aluno da 3ª série Raul Cavalcante de Souza, de nove anos, resistiu a entregar suas armas de brinquedo, mas mudou de ideia quando viu as crianças aderindo à campanha. A turma dele ficou responsável pela produção de um tipo diferente de iô-iô. Ele tinha seis revólveres e pistolas de mentira em casa. Ele as usava para brincar de polícia e ladrão com o irmãozinho. Até o dia da troca, os professores só conseguiram convencê-los a entregar

duas. No dia da campanha na escola, ele se arrependeu e trouxe todas. O menino se convenceu de que ter armas em casa não é legal.

Outro caso é de Diego Macedo, cinco anos. Aluno do Jardim II, o menino adora brincar com pistolas d'água para molhar o irmão, Thiago Macedo, 12 anos. A família sempre evitou comprar armas de brinquedo, mas ele fazia birra sempre que via uma e, com uma carinha de anjo, prometia mundos e fundos caso a mãe comprasse uma. "No início, os pais dele não via problemas, mas, diferentemente do comportamento do irmão, ele começou a bater com a arma", disse o tio dele, Cristiano Góis, que levou o menino para a escola no dia da troca.

**Power Rangers** – Juntos com as armas de brinquedo, os desenhos animados nos canais de televisão também não ajudam os pais na hora de convencê-los de que é melhor viver em paz. Yugiho, Digimon, Power Rangers e uma infinidade de cartuns incitam brigas e discussões. Palavras são comuns. "Meu filho começou a chamar os amigos de "desgraçados". Não sabia de onde ele havia tirado aquela palavra, porque não a falamos em casa. Descobri que os Power Rangers falavam isso", preocupou-se a mãe do pequenos Lucas Castro, seis anos, a servidora pública Anelise Castro, 37.

Para a troca das armas de mentira, os alunos e pais confeccionaram brinquedos de sucata. A idéia é desvalorizar também o consumo. Criaram a FabrincaNDA, um cantinho especial onde são guardados materiais recicláveis, como latas, plásticos e papéis. Embalagens de Nescau, por exemplo, viraram pés-de-lata, uma brincadeira do tempo da vovó que as crianças de hoje pouco conhecem. "Queremos valorizar os brinquedos antigos e feitos com material reciclável. Não adianta fazer uma campai-

na como essa e trocar as armas de mentira por carros e bonecas caras", comentou Andréia Bichara, diretora do NDA Jr.

**Reciclagem** – O número de adesões surpreendeu os coordenadores e professores da escola. Poucas famílias resistiram à iniciativa. Foram disponibilizados mais de mil brinquedos no dia do evento, sendo que 600 deles foram feitos na escola. É que cada pai/mãe recebeu um solicitando a colaboração da família na montagem ou aquisição dos objetos. O que sobrou da festa do dia 23 ficou na sala da coordenação para ser trocado durante o ano. As armas serão vendidas para uma empresa de reciclagem. O valor arrecadado será doado a um asilo e uma creche ajudados pelo NDA.

Muitas crianças começaram a procurar em casa se havia algum resquício de arma só para poder trocar por brinquedo feito de sucata. Foi o caso do Diego Macedo, que depois de entregar uma pistola d'água, trocou um arco-e-flecha e um revólver quebrado. "É legal a troca. Eu ajudei também a fazer os brinquedinhos", contou.

Durante o evento, houve apresentação de um grupo de teatro formado por ex-detentos da Papuda. A peça abordou temas de paz e de combate à violência. Um dos artistas é Célio Cunha, 34 anos, que formou, junto com mais cinco pessoas, o grupo de teatro Unidos pela Liberdade, em 1994. Em liberdade condicional, Célio usou armas para cometer assaltos e hoje usa as mãos para convencer a população a se desarmar. "Hoje eu agradeço a Deus por ter sido preso. Poderia estar morto", comentou, depois de ficar 11 anos preso.

Lucimara Cordeiro da Silva, em liberdade condicional há sete anos, matou uma pessoa com arma de fogo e ficou sete anos

presa. Com uma filha de 16 anos, a mulher diz se sentir feliz por tentar convencer crianças a não se acostumar a brincar com armas de mentira. "Perdi muito tempo longe da minha filha. Hoje tento convencer as pessoas a não cometerem crimes", afirmou.

Adalberto Monteiro, diretor da Funap, considera importante a iniciativa de desarmar as crianças. "O teatro ajuda porque, de forma lúdica, mostra o que uma arma é capaz de fazer. E aju-



**A Polícia Federal arrecadou, durante a Campanha Nacional do Desarmamento, 135 mil armas de fogo em todo o Brasil. A estimativa do governo era recolher 80 mil. Já foram pagos R\$ 11 milhões de indenização. No Distrito Federal, as Polícias Civil e Federal recolheram quase três mil armas desde o dia 15 de julho. A campanha dura até dezembro.**

damos os ex-detentos a buscar ressocialização na sociedade", disse, comentando que o índice de recuperação no DF é de 80%. O próximo passo dos detentos da Papuda na campanha da escola será confeccionar brinquedos de madeira para que possam ser trocados pelas armas de mentira. São as mãos que um dia cometeram crime que hoje ajuda a desarmar a população.

**Ajuda espiritual** – A Campanha Nacional de Desarmamento também teve ajuda do Centro Espírita André Luiz, no Guará I. Há dois meses, as crianças estudavam a doutrina da religião e valores como solidariedade, amizade, companheirismo. Em meio a uma conversa, decidiram jogar fora os sentimentos ruins, como inveja, ódio, guerra e rancor. Alguém citou as armas. Daí surgiu a idéia de colaborar com a campanha. Escolheram o nome "Troque sua arma pela vida" para dar início ao projeto.

Escolheram um sábado para fazer as trocas no centro. A iniciativa foi um sucesso. Mais de 30 revólveres e pistolas foram entregues em um só dia. As crianças, de três a 14 anos, decidiram levar a campanha para as ruas. Foram até o Parque da Cidade. Pararam meninos e meninas que portavam armas de brinquedo e os convenciam a trocar pelos brinquedos arrecadados e doados na igreja.

"É importante que a criança se engaje na campanha. Elas são o futuro do País, que cada vez mais está ameaçado com a criminalidade", comentou o policial civil Frederico Carneiro, pai de Marcela, 11 anos. A menina foi uma das que mais participaram. "A violência tem crescido muito. Temos que fazer alguma coisa agora. Armas criam um sentimento de ataque", disse Marcela, com discurso de gente grande. ■

# Reflexos das eleições municipais no Congresso

Antônio Augusto de Queiroz

**A** nova correlação de forças saída das urnas nesse pleito municipal, que sufragou o PSDB como principal líder da oposição, terá como consequência o aumento do custo político nas votações de interesse do governo no Congresso.

Os partidos da base governista, diante do volume de matérias pendentes – diversas medidas provisórias e projetos prioritários do governo – e da baixa cooperação da oposição, vão cobrar um preço alto em cargos e liberação de recursos orçamentários para desbloquear a pauta

e apreciar os temas urgentes.

A agenda pendente de votações – sem considerar as reformas previstas para 2005, como a sindical, trabalhista, criação de fundos de pensão do serviço público, a lei de defesa da concorrência, a lei do saneamento básico entre outras – não é nada desprezível: a) algo como 30 medidas provisórias, b) as Parcerias Público Privadas, c) a lei de licença, d) a lei de Biossegurança, e) a PEC paralela, f) a reforma do Judiciário, g) a lei de inovações tecnológicas, h) a lei das Agências Reguladoras, e i) o orçamento para 2005.

Não bastassem todos esses problemas, ainda existe a Proposta de Emenda Constitucional da reeleição das mesas Direto-

ras da Câmara e do Senado, outro tema polêmico que o governo terá que administrar. O PMDB, na base do governo, é o principal adversário da reeleição, especialmente o líder do partido no Senado, senador Renan Calheiros. Aparentemente, não há mais tempo para votar conclusivamente uma PEC antes do término dos mandatos dos presidentes da Câmara e do Senado em 1º de fevereiro de 2005, mas, enquanto não houver uma definição, o Congresso continuará tendo dificuldades para retomar seu ritmo normal de votações.

O processo eleitoral, como parte do sistema de alternância no poder, produziu uma nova correlação de forças, inclusive entre os aliados, e o governo terá que reorganizar sua base e pacificar os partidos que lhe dão sustentação para enfrentar sua extensa agenda. Isso, naturalmente, passará por uma reacomodação das forças políticas, considerando os resultados da eleição, na futura reforma ministerial.

Para resolver esse contencioso – que surgirá e/ou se acu-

mulou durante ao período eleitoral –, o governo, além de exercitar a sua capacidade de diálogo e persuasão, terá que, em algumas situações, analisar o que será mencionado do ponto de vista político: negociar o conteúdo da política pública com a oposição ou fazer concessões aos membros de sua base de sustentação.

A superação de tantos obstáculos, como é natural no presidencialismo de coalizão, irá requerer o desenvolvimento direto e pessoal do presidente Lula, sob pena de paralisa no processo decisório no Congresso. E essa tarefa de pacificação e reaglutinação da base aliada poderá ser facilitada graças à postura parcimoniosa do presidente durante as eleições municipais, que, com exceção de São Paulo, no primeiro turno, agiu com razoável discrição, preservando sua autoridade perante os aliados. ■

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

# 4º Congresso do Sindjus

# Sucesso total no I Concurso Literário do Sindjus

**Evelyne dos Santos**

**A** Comissão Julgadora do I Concurso Literário Raquel de Queiroz, promovido pelo Sindjus, revelou no dia 5 de novembro a relação dos concorrentes vencedores. O júri, composto pela professora Rita de Cassi e pelos jornalistas, TT Catalão e Luiz Martins avaliou, entre outros quesitos, o conhecimento em relação ao gênero escolhido (crônica, poesia e conto breve), a originalidade dos trabalhos e o tratamento estético. Os primeiros três colocados em cada modalidade receberão prêmios em dinheiro.

Na modalidade poesia, o primeiro lugar ficou com Dulcinéia de Souza Paiva, servidora do TJDF, cujo pseudônimo foi Flor do Cerrado. Ela escreveu o poema "Eu Explodi", que fala sobre a angústia e a sensibilidade do poeta. "O poeta, de fato, não sabe aonde vai, e, no entanto, permite-se escoar pelo mundo insano" diz um trecho da poesia. Gabriela de Angelis Penaloza e Raqueline Rosália Feitosa, ambas do TJDF, ficaram com o segundo e o terceiro lugar, respectivamente.

O texto "Celina e Dorotéia", de Maria da Glória Lima Barbosa, servidora do TST, foi escolhido como o melhor conto breve. A autora disse que se inspirou na relação entre as pessoas e a televisão para escrever a estória. "Pretendo lançar um livro só com contos referentes a esse tema", afirma. O segundo e o terceiro lugar foram conquistados por Márcia Regina Murça Barroso, do TRF, e Cláudia de Souza Machado, do TJDF.

A crônica preferida pela comissão julgadora foi a "Corrida de Qualquer Dia" de Minasianis Divina Pires, servidora do TJDF. A escritora, que estreou pela primeira vez em um concurso, ficou surpresa com o resultado. "Eu gostei da minha crônica, mas não esperava ser escolhida, pois o nível dos trabalhos estava muito bom", atestou. A segunda posição nessa modalidade foi ocupada por Antônio Carlos Bessoni, do TST, e a terceira por Werner Ricardo Lira Schelle, do STJ.

O objetivo principal do concurso foi incentivar a produção cultural do sindicalizados e homenagear Raquel de Queiroz, escritora-símbolo da mulher brasileira. Ao todo, 135 filiados enviaram obras para avaliação.

Os nove melhores trabalhos escolhidos pela comissão julgadora e os cinco mais votados pelo júri popular serão publicados em livro. Apenas os três primeiros colocados em cada modalidade receberão prêmios em dinheiro, de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1 mil.

**Comemoração** – Sheila Tinoco, diretora do Sindjus e uma das coordenadoras do concurso, comemora o sucesso da iniciativa e diz que a participação dos filiados demonstrou o seu grau de sensibilidade. "Ficamos muito felizes com a adesão de nossos colegas. Foi uma oportunidade que eles tiveram de sair da rotina processual e expressar sua sensibilidade através da produção literária", afirma.

O jornalista e cronista TT Catalão elogiou o Sindjus pela realização do concurso e ressaltou a importância da iniciativa na valorização da produção cultural. "Um concurso é sempre uma motivação. Ele é fundamental para o incentivo à expressão artística", disse. Segundo TT, os trabalhos apresentados têm alto nível de qualidade. "O material dos participantes é excelente, demonstra que são pessoas com um grande índice de leitura".

Os jurados avaliaram as

obras separadamente e, na maioria dos casos, a opinião da comissão foi idêntica. "Só divergimos um pouco no julgamento do conto e da crônica. Há uma fronteira muito tênue entre essas duas modalidades", diz TT Catalão.

Para o jurado Luiz Martins, é em oportunidades como essa que surgem grandes talentos. Ele lembra que Carlos Drummond chegou a declarar que estava com uma tremenda dor de cotovelo quando escreveu "E agora José?", um de seus poemas mais conhecidos. "O concurso é uma espécie de filtro para revelação de talentos. Provavelmente, alguns escritores não tenham a consciência da relevância de sua obra e, por isso, podem até ficar surpresos com o resultado", explica.

"A iniciativa foi tão boa que deve ter continuidade", diz a professora e jurada Rita de Cassi. Segundo ela, esse tipo de evento, além de incentivar a produção cultural, ajuda os sindicalizados a exercitar sua criatividade. "Vale a pena continuar com esse tipo de realização. Seria um desperdício não aproveitar o talento dos servidores", aconselha.

# os vencedores

## Crônica

**Autora:** Minasianes Divina Pires

**Pseudônimo:** Flor do Ipê

**Texto:** “Corrida de Qualquer Dia”

Uma pessoa muito sensível, que gostaria de ser artista. Assim se define a servidora Minasianes Divina Pires, de 41 anos. Admiradora da beleza arquitetônica de Brasília e amante da língua portuguesa, mora na cidade desde 1980. “Sempre gostei de português e gosto muito de escrever”, conta.

Formada em contabilidade, Divina tem um gosto literário variado. Ela afirma que não tem um autor predileto. “Costumo ler livros de psicologia e obras que falem sobre sentimentos e questões sociais”. Entre os livros que mais gostou de ler está a publicação “Páginas de Mim”, da brasiliense e deficiente visual Maria Neide do Couto.

Divina nasceu em Pires do Rio, Goiás, e trabalha no TJDF desde 1998. Disse que não esperava ser contemplada com o primeiro lugar. “Fiquei emocionada e chorei ao receber a confirmação”, afirma.

Nas horas vagas, Divina gosta de escrever músicas que relatam temas sociais e exprimem sentimentos. “Não tenho o hábito de escrever crônica. Fiz uma há dois anos e guardei. Depois disso não escrevi mais nada nesse sentido”.

Em sua crônica, Divina falou sobre a vida corrida de Brasília, o clima da cidade, a vegetação, a arquitetura e a arte. “Esperava que os leitores se identificassem com a história quando a lessem”. Ela confessa que o texto foi inspirado nas crônicas de TT Catalão, que sempre vê na TV Globo.

Sobre o concurso, a servidora diz ter adorado a iniciativa do sindicato. “O concurso despertou o interesse dos servidores pela literatura. Além disso, criou um clima de descontração nas repartições. Foi muito divertido participar”.

## Conto breve

**Autora:** Maria da Glória Lima Barbosa

**Pseudônimo:** Andreas Abelardo

**Texto:** “Celina e Dorotéia”

“Sou uma funcionária pública que se divide entre o trabalho burocrático e o gosto pela arte”. Esse é o perfil de Maria da Glória Lima, premiada com o primeiro lugar na modalidade crônica. Mestre em literatura brasileira e revisora de textos no TST, diz que o concurso foi muito importante para incentivar a produção cultural dos servidores. “Serviu de incentivo para que outros locais seguissem o exemplo. Aqui no serviço fui chamada para ser jurada de um concurso literário realizado na Semana do Servidor. A idéia surgiu do concurso realizado pelo Sindjus”, diz.

Glória nasceu em Camaçari, na Bahia, e já participou de outras competições em que também foi contemplada. Ganhou o Prêmio Bolsa Brasília de Produção Literária da Secretária de Cultura do Distrito Federal com o ensaio “O Cristal e a Chama”, em que fala sobre os poetas de Brasília.

A autora da crônica Celina e Dorotéia é também autora do livro de poesias “Sinais de Vida”, publicado pela editora Thesaurus. Glória pretende lançar outra publicação que vai tratar do mesmo tema da crônica que inscreveu no concurso do Sindjus, a relação entre as pessoas e a tevê. “Já tenho alguns contos reservados para esta publicação. Será um livro temático”, adianta.

Sua autora predileta é a escritora Clarice Lispector. “É uma literatura universal, profunda e intrigante. Cada vez que eu leio, sinto-me como se os pés saíssem do chão”.

## Poesia

**Autora -** Dulcinéia de Souza Paiva

**Pseudônimo:** Flor do Cerrado

**Texto -** “Eu Explodi”

Uma sonhadora que vive esperando por dia melhores. Essa é a principal característica de Dulcinéia de Souza, servidora do TJDF. A poeta, que lançou no final de outubro o seu primeiro livro – “Eu Rio, tu navegas” – é natural de Brasília e adora o céu do cerrado. O gosto pela poesia começou de forma inesperada. “Os meus primeiros rascunhos foram escritos em 1999 por influência de um amigo. Escrevia mais por brincadeira”, relata.

Dulcinéia diz que buscou na vida e no dia-a-dia a inspiração para escrever sua narrativa. “Essa poesia é uma das minhas prediletas porque transmite um sentimento muito forte. Ela é íntima, me ajuda a dizer o que estou sentindo”, explica.

Esta não é a primeira vez que Dulcinéia é contemplada em um concurso. Ela conquistou o segundo lugar no Prêmio Padre Donato Vaglio, em São Paulo, com a poesia “Pitanga”. “Nos versos, faço uma descrição da minha infância”, conta.

Para a escritora, o serviço público é um celeiro de pessoas talentosas. “Um concurso como este é uma oportunidade para os servidores revelarem seus talentos”, afirma.

Seu livro predileto é “Cânticos”, de Cecília Meireles, e seu gosto literário tende à apreciação de poesias que tenham intensidade, força e beleza.

# os jurados

A Comissão Julgadora do Concurso Rachel de Queiroz foi integrada pelos seguintes membros:

## Luiz Martins da Silva

54 anos, jornalista desde 1976. É professor-adjunto da Faculdade de Comunicação da UnB, onde tem lecionado várias disciplinas, entre elas, Teorias da Comunicação e Sociologia da Comunicação. É mestre em Comunicação (UnB, 1986); doutor em Sociologia (UnB/Universidade Nova de Lisboa, 1995); pesquisador e consultor *ad hoc* do CNPq (1990); consultor do MEC/SESu (avaliação de cursos); coordena, na UnB, o projeto de extensão SOS-Imprensa (1996) e a Linha de Pesquisa "Jornalismo e Sociedade" (na pós-graduação, 2000). Pesquisa em vigor: Jornalismo institucional: como o terceiro setor pauta a mídia (CNPq), em especial, o uso da mídia em campanhas públicas e na inserção de *merchandising*. Produção literária: Rua de Mim (poesia) (Ed. Tempo Brasileiro); Comigo foi assim. (Ed. Independência); Brasilinhas. (Ed. Independência); Nomes (Ed. Bric-à-Brac); Palavras Leves. (Ed. Tipos Móveis); Breviários. (Ed. Casa das Musas); Realejo. (Ed. Casa das Musas).

## TT Catalão

55 anos, mora em Brasília desde 1972. É jornalista, poeta e ativista cultural. Tem diversos trabalhos premiados internacionalmente em editoria de Arte e Cultura, em que associou texto e imagem em capas históricas do Correio Braziliense; é articulista e cronista também do Jornal de Brasília, Tribuna da Imprensa, Última Hora e de inúmeras revistas e tablóides culturais brasilienses e nacionais. Atualmente é cronista da TV Globo no DF-TV aos sábados (Crônicas da Cidade); criador e coordenador do Espaço Cultural 508 Sul, na W-3 Sul (antes Centro de Criatividade, hoje Renato Russo), participou também nos pioneiros Cinema Voador e Concerto Cabeças (primeira ocupação dos gramados da cidade) e produziu textos para o grupo de rua Esquadrão da Vida do ator Ary Pararaios. Livros publicados: Os Po(rr)etas (UnB e independentes); Ebulição da Escrivatura (Civilização Brasileira); Brasília, Cidade Cidadã (com bordados das irmãs Dumont).

## Rita de Cassi

Graduada em Letras Modernas (UFG, 1967), especialista em Teoria Literária (UnB, 1977), é mestre em Literatura (UFSC, 1980) e doutora em Letras (USP, 1990). Trabalhou na Fundação Educacional do Distrito Federal e é professora da Universidade de Brasília desde 1993, onde ocupou diversos cargos, tendo participado de várias comissões temporárias de banca de defesa de dissertações na graduação, pós-graduação e mestrado. Atualmente é integrante da banca de seleção de Mestrado em Literatura Brasileira e é membro do Ler Literatura, núcleo comum que integra grupos de pesquisa da área de Letras e pesquisadores de todo o território nacional.

# Nise da Silveira a guerrilheira da alma

TT Catalão

**E**m 15 de fevereiro de 1905 nascia em Maciô, Alagoas, Nise da Silveira, mulher libertária, funcionária pública exemplar e a psiquiatra que desafiaria regras estabelecidas para humanizar o tratamento das diferenças não como mera patologia, mas reflexo da complexa natureza humana. Em 2005, portanto, a doutora Nise merece a celebração entusiasta de um belo centenário de nascimento.

Não se espera aquela euforia das celebridades banais que viram "memória cultuada" apenas pelo breve trânsito em uma ou outra atividade pop fundamentalista. O centenário dessa mulher tem o peso da referência. Ela inaugurou uma revolução no convívio afetivo entre pessoas tidas como marginais. A Doutora Nise os distinguiu em uma singularidade extraordinária sob relações diferentes. Ela mudou condutas e destinos exatamente nas áreas mais obscuras dos excluídos, quase párias, entre os já excluídos pela pobreza e o abandono social. Ela levou às últimas conseqüências o ato solidário entre os que carregam o estigma de estarem classificados (ou "etiquetados") como "doentes mentais".

Espanta, até o momento, não haver mobilização mais veemente para o centenário de nascimento dessa brava e extraordi-

nária mulher. Seu testemunho no serviço público mereceria um capítulo à parte como desprendimento e devoção. Sua prática militante, idem. Ficou presa um ano e quatro meses como comunista, ao lado de Olga Benario e Graciliano Ramos, e afastada do serviço público entre 1936 e 1944. Sua atuação transcendia as "obrigações partidárias" e os dogmas da cartilha de luta, pois sempre foi comprometida com a revolução permanente e a imensa paixão pelo humano.

Guerreira, cientista e artista da alma, a Doutora Nise morreu no Rio, às 14h55, em 30 de outubro de 1999, de insuficiência respiratória. Sua imortalidade está além da contribuição científica e histórica para uma nova prática do tratamento ocupacional. Seus inúmeros trabalhos científicos, discípulos e instituições continuam seu trabalho. Sua herança mais ativa luta, ainda hoje, para sobreviver entre paredes, oficinas, telas, xilogravuras, desenhos, traços, modelagens, exposições, cursos, publicações e documentários audiovisuais: o Museu de Imagens do Inconsciente no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro.

Criado em 20 de maio de 1952, apoiado por uma combatente Sociedade de Amigos fundada em 1974, seu acervo reúne cerca de 300 mil documentos entre telas, pinturas, desenhos e modelagens que testemunham a fecundidade da magnífica obra

desta nordestina "pequena e obstinada" no dizer de Graciliano Ramos.

**Centenário, já** – Será que a burocracia brasileira está disputando se o centenário de nascimento de Nise da Silveira é de responsabilidade do Ministério da Saúde ou do Ministério da Cultura? Tem alguém pensando



Ilustrações produzidas por pacientes da Doutora Nise

nisso? O que importa é aproveitar o centenário para trazer um pouco dessa vida capaz de alterar outras vidas. A Doutora Nise faz parte daquele patrimônio imaterial (hoje considerado digno de tombamento e veneração) cuja referência questiona o presente e não está localizado em um tempo ultrapassado. Trata-se de uma verdadeira revolucionária, em que a arte e a ciência ampliaram seus laços formais. Revisitando um pouco de sua vida, talvez possamos recolocar na discussão brasileira o quanto avançamos ou recuamos no tratamento (ou percepção) e na cidadania dos classificados em estado diferente do que se convencionou chamar "normal".

**Libertar** – Formada em 1926 pela Faculdade de Medicina da Bahia, o impulso libertário em Nise da Silveira discordou dos "métodos" da psiquiatria do seu tempo (acabou, mesmo?) que adotava a violência do eletrochoque, o coma insulínico, a lobotomia, o massacre da autonomia individual pela medicação do torpor (a temível farmácia "sossega-leão"). *"Eram práticas que associei à tortura policial"*, declarou. Quando a transferiram para uma área considerada "menor", a Terapia Ocupacional, os doutos "superiores" do antigo Centro Psiquiátrico Nacional do Rio de Janeiro, hoje Centro Psiquiátrico Pedro II, não esperavam que a sua revolução partiria dali. Em maio de 1946 ela fundou o



Serviço de Terapêutica Ocupacional, mudando radicalmente a realidade do espaço ao considerar “pacientes abjetos” como sujeitos com identidades únicas, rico interior simbólico e ótima capacidade de expressão pela arte. Ela os libertou dos serviços rotineiros de faxina e tédio. A partir daí praticou uma folha impressionante de serviços públicos e alcance internacional até sua aposentadoria da Divisão Nacional de Saúde Mental, Ministério da Saúde, na carreira de médica psiquiatra em 14 de julho 1975.

*“Será preciso partir do nível não verbal. É aí que se insere a terapêutica ocupacional, oferecendo atividades que permitam a expressão de vivências não verbalizáveis por aquele que se acha mergulhado na profundidade do inconsciente, isto é, no mundo arcaico de pensamentos, emoções e impulsos fora do alcance das elaborações da razão e da palavra”.*

**Perigos do Ser** – Em 1956, cria a Casa das Palmeiras para dar continuidade ao contato, em novo ambiente aberto, sem a discriminação dos jalecos, crachás e “soberanias de autoridades ditas lúcidas”. A Doutora Nise verificou o alto número de reinternações (cerca de 70%) e as recaídas naturais pela hostilidade externa e dificuldades de reinte-

gração de quem já vinha sob ruptura interna, fragilizado ao extremo.

*“Há muitos anos li esta citação de Antonin Artaud: ‘O ser tem estados inumeráveis e cada vez mais perigosos.’ Pareceu-me que Artaud se referia a certos acontecimentos terríveis que podem ocorrer na profundidade da psique, avassalando o ser inteiro. Descarrilamento da direção lógica do pensar; desmembramentos e metamorfoses do corpo; perda dos limites da própria personalidade; estreitamentos angustiantes ou ampliações espantosas do espaço; caos; vazio; e muito mais condições subjetivamente vividas que a pintura dos internados de Engenho de Dentro tornavam visíveis. Decerto aquelas imagens revelavam perigosos estados do ser, que não se deixavam apreender dentro do modelo médico adotado pela psiquiatria vigente”.*

O Museu de Imagens do Inconsciente, nas palavras de Mário Pedrosa, “é mais do que um Museu (...) onde artistas em potencial trabalham, fazem coisas, criam, vivem e convivem. Com efeito, se foi reunindo ao acaso todo um grupo de enfermos - esquizofrênicos tirados do pátio do hospício para a seção de terapêutica ocupacional, desta para o ateliê, do ateliê para o convívio, onde passou a gerar-se o afeto e o afeto a estimular a criatividade”.

Jung e ambiência – O valor do lidar é situado especificamente no último livro de Nise sobre os gatos (Editora Léo Christiano) e mostra sua paixão muito acima da estética e fascínio caricato. Os diversos capítulos ressaltam o papel desses co-terapeutas em relação aos poetas; Da Vinci e seu gato; Montaigne e sua gata (de quem Nise destaca o repúdio do ensaísta a “essa realza imaginária que o homem atribui a si próprio sobre outras criaturas”, Capítulo 12 de Ensaio); gatos como divindades egípcias; a perseguição cristã pela

ameaça oculta do feitiço; o simbolismo nos sonhos e Contos de Fadas; os experimentos científicos; as qualidades metafísicas do animal e sendo “co-terapeutas” os gatos nas artes, pintores, escritores e relação com a música.

“Certo dia um rapaz (...) perguntou: ‘Posso com este pano fazer um gato?’ A resposta foi sim. Então Luis Carlos começou a manipular o pedaço de veludo. Completado assim o gato, Luis Carlos escreveu: ‘Gato simplesmente angorá, do mato/azul olhos nariz cinza gato marrom/orelha castanho macho agora rapidez/Emoção de Lidar.’ Enquanto manipulava seu gato de veludo com surpreendente habilidade, Luis Carlos parecia feliz e disse: ‘Como é macio! Sinto grande emoção de lidar com ele entre minhas mãos’. Essa expressão *Emoção de Lidar* foi ponto de partida para substituímos o pesado título Terapêutica Ocupacional.”

Um outro conceito estrutural no trabalho da doutora Nise é o de ambiência (“plantas, bichos, gatos, ferramentas para arte e carinho”) que Mário Pedrosa resalta:

“No II Congresso Internacional de Psiquiatria reunido em Zurique, em 1957, fez parte a apresentação de uma exposição de pinturas de esquizofrênicos para a qual contribuíram vários países. A exposição do Centro Psiquiátrico Nacional ocupou cinco salas e foi inaugurada por Jung na manhã do dia 2 de setembro. Dois dias depois, na recepção que ofereceu aos médicos estrangeiros em sua residência, Jung dirigiu-se a Nise da Silveira e disse: ‘Fiquei impressionado com as pinturas dos esquizofrênicos brasileiros, pois elas apresentam no primeiro plano características habituais da pintura esquizofrênica, mas noutros planos a harmonia de formas e de cores que não é habitual na pintura dos esquizofrênicos.

Como é o ambiente onde esses doentes pintam? Suponho que trabalhem cercados de simpatia e de pessoas que não têm medo do inconsciente.”

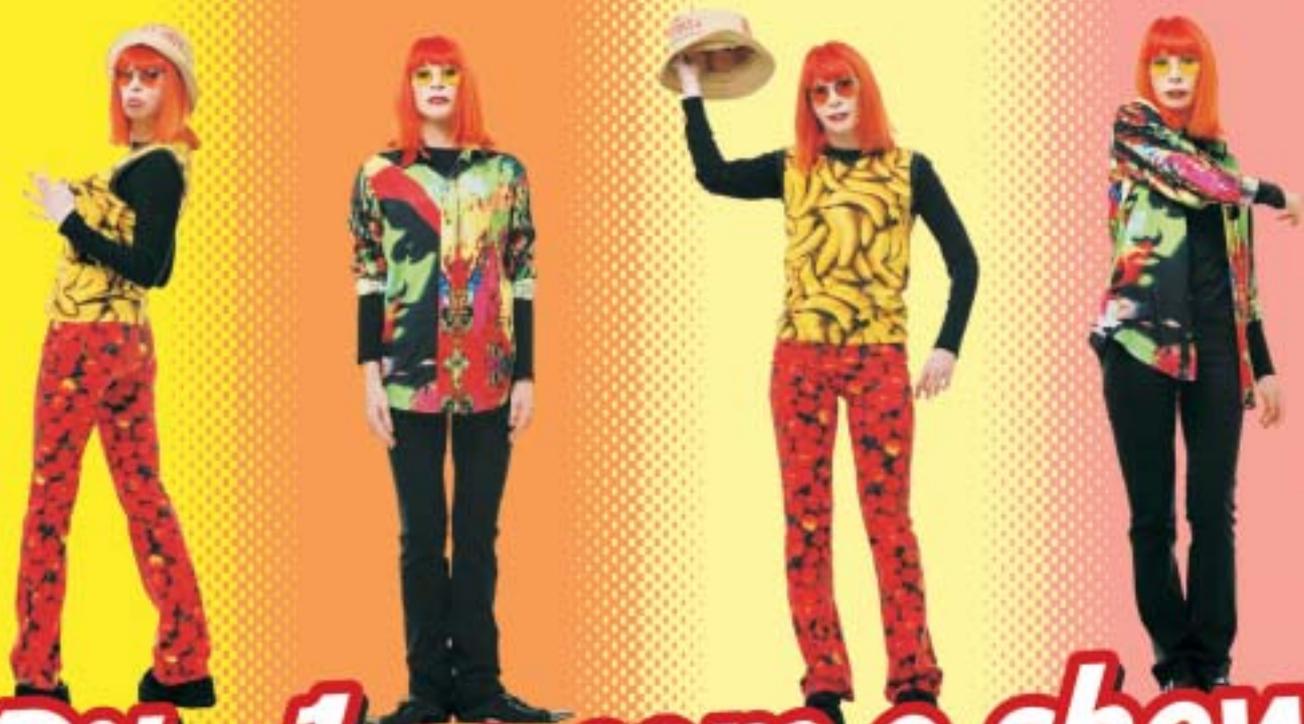
■ É a esta mulher que o País já deveria estar em mobilização aguçada em reconhecimento, nem tanto pelo culto à personalidade, mas para que o centenário do seu nascimento reafirme a vanguarda de uma obra e confirme o quanto estimamos nossos verdadeiros gênios da raça. Ou vamos abortar de vez a utopia de um país radicalmente novo e ficar na covardia de uma prudência mais próxima dos omissos que do bom senso? ■



**“Através das imagens espontâneas que possam emergir na pintura de pessoas que vivem estados perigosos do ser, o trabalho do Museu de Imagens do Inconsciente consiste, principalmente, em penetrar, ainda que por frestas estreitas, regiões misteriosas que ficam do outro lado do mundo real.”**

**Nise da Silveira (1986)**

# Festa do Sindjus 2004



**Rita Lee com o show  
do Balacobaco**

**e mais Trio Siridó e BsB Disco Club**

4 de dezembro, a partir das 22h  
Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade